

# MODALIDADE DE ÔNTICA NA MÍDIA RADIOFÔNICA: UMA ANÁLISE BASEADA NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL<sup>1</sup>

## *DEONTIC MODALITY IN THE RADIO MEDIA: AN ANALYSIS BASED ON FUNCTIONAL DISCOURSE GRAMMAR*

Nadja Paulino Pessoa-Prata<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Ceará

### RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a modalidade deôntica na mídia radiofônica, sob o enfoque funcionalista, buscando integrar, na análise, os componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos, o que pressupõe o estudo da língua em uso efetivo. Para isso, utilizamos o *corpus* REDIP, que foi desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), situado em Portugal. A análise dos dados obtidos em relação à mídia radiofônica revelou-nos que a instauração dos valores deônticos se deu, com maior frequência, associados ao tema “opinião”, elemento do componente contextual. Dentre os valores deônticos, percebemos o predomínio da obrigação, considerado como o prototípico dessa categoria. Em relação à fonte e ao alvo deôntico, percebemos uma tendência de uso da fonte do tipo “enunciador” e de um alvo “terceiro-ausente”. Finalmente, verificamos que os auxiliares modais foram as formas de expressão mais frequentes no *corpus*.

**Palavras-Chave:** Gramática Discursivo-Funcional; modalidade deôntica; português europeu; mídia radiofônica.

<sup>1</sup> O presente artigo constitui um recorte da Tese de Doutorado “Modalidade deôntica e discurso midiático: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional”, defendida em fevereiro de 2011. A tese encontra-se disponível em:

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/ UFC). Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará – Departamento de Letras Estrangeiras – Unidade de Espanhol (DLE/UFC). Contato: nadjapp@yahoo.com.br

## ABSTRACT

This paper aims at analyzing the deontic modality in the radio media under the functionalist approach, seeking to integrate the syntactic, semantic and pragmatic components in the analysis, which implies the study of language in its effective usage. For so, we utilized the corpus REDIP which was developed by the Theoretical and Computational Linguistics Institute (ILTEC), situated in Portugal. The analysis of the data obtained in relation to the radio media revealed that the establishment of the deontic values occurred more frequently, usually associated to the theme “opinion”, element of the contextual component. Among the deontic values, we observed the majority of obligation, as the prototype of this category. In relation to the source and to the deontic target, we noticed a tendency in the usage of the source from the enunciating type and also of a “third-absent” target. Finally, we verified that the auxiliary modals were the most frequent expressions in the corpus.

**Keywords:** Discourse Functional Grammar; deontic modality; *european portuguese; radio media.*

## INTRODUÇÃO

Numa perspectiva funcionalista dos estudos linguística, o que interessa é a competência comunicativa, ou seja, a capacidade de os usuários da língua adequarem o discurso às mais diferentes situações, já que a linguagem constitui uma atividade cooperativa regida por normas, regras linguísticas e pragmáticas, o que pressupõe que as estruturas linguísticas sejam “configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração” (NEVES, 2001, p. 2).

Apesar de existirem diferentes enfoques funcionalistas no que se refere à análise da língua em uso, optamos pela perspectiva holandesa: a da Gramática Discursivo-Funcional (GDF). Nessa perspectiva, a geração de estruturas profundas, bem como a interface entre os vários níveis pode ser descrita em termos de decisões que o falante faz ao construir seu enunciado, o que significa dizer que o modelo é *top-down*, como nos esclarece Hengeveld (2004). Desse ponto de vista, as decisões de análises das camadas mais altas determinam e restringem as possibilidades de análises das camadas inferiores, o que significa que o processo de produção do discurso parte da intenção para a articulação. Assim, o falante primeiro decide qual o seu propósito comunicativo, seleciona a informação mais conveniente e então

codifica gramatical e fonologicamente esta informação e a articula.

Na GDF, elaborada por Hengeveld e Mackenzie (2008), há o estabelecimento de quatro componentes: (i) o Componente Conceitual, relacionado ao desenvolvimento de uma intenção comunicativa relevante para o evento de fala e às conceitualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes; (ii) o Componente Contextual, relacionado ao contexto comunicativo em que se desenvolve a intenção comunicativa do falante, o que significa levar em consideração também aspectos socioculturais da interação verbal; (iii) o Componente Gramatical, organizado em quatro níveis (interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico), tendo em vista o processo de formulação, relacionado à especificação de configurações pragmáticas e semânticas que são codificadas nas línguas, e de codificação, relacionado às formas morfossintática e fonológica que as configurações pragmáticas e semânticas possuem nas línguas; e (iv) o Componente de Expressão, relacionado à codificação linguística.

Vale salientar que os dois primeiros componentes interagem com o Componente Gramatical, condicionando, por fim, o Componente de Saída/Expressão, no qual a expressão linguística é efetivamente realizada.

### **1. A modalidade deôntica: um dos domínios de avaliação modal**

A origem do termo *deôntico* remonta à palavra grega *deon*, significando “o que é obrigatório”, e se refere à lógica da obrigação e da permissão (LYONS, 1977). Desse modo, a modalidade deôntica se relaciona à necessidade ou à possibilidade dos atos realizados por agentes moralmente responsáveis, o que implica alguma espécie de controle humano intrínsecos dos eventos (NEVES, 1996). No que diz respeito às características desse tipo de modalidade, Lyons (1977) aponta as seguintes:

- (i) a sentença não descreve um ato em si mesmo, mas um EC que será obtido, caso o ato seja realizado, em algum tempo (ou mundo) futuro;
- (ii) a relação intrínseca com a noção de *futuridade*, pois, ao impor algo a alguém, a execução do ato será futura, seja próxima ou não, já que não podemos impor que alguém realize um ato no passado;

(iii) o (re)conhecimento de uma *fonte* que a instaura ou cria uma necessidade ou possibilidade que recai sobre o *alvo deôntico*, pessoa ou instituição à qual está dirigido o valor deôntico instaurado.

Em relação à fonte e ao alvo modais, Verstraete (2005) faz uma distinção importante: a de fonte modal, autoridade que concede uma permissão ou impõe uma obrigação, e a de agente modal, pessoa da qual se espera a condução da ação. Essa distinção é importante quando se leva em consideração a modalidade epistêmica, pois esta não tem agente modal.

Essa distinção também é importante quando se analisam os valores de permissão e obrigação, uma vez que a diferença entre esses valores está na disposição do agente modal. Para o autor, a permissão codifica uma baixa atitude da fonte modal, bem como pressupõe disposição do agente para conduzir a ação; enquanto que a obrigação codifica uma forte atitude da fonte modal, bem como pressupõe não-disposição do agente.

Para Palmer (1986), a modalidade deôntica é caracterizada como “contendo um elemento de desejo”, estando, pois, relacionada às ações realizadas pelo próprio falante ou por outros. Essa característica também é pontuada por Heine (1995, p. 29), ao tentar estabelecer as propriedades conceptuais que distinguem a modalidade epistêmica da modalidade deôntica. São elas:

- a) A existência de uma *força*, que é caracterizada como um “elemento de desejo”;
- b) O evento é realizado por algum *agente* controlador;
- c) O evento é *dinâmico*;
- d) O evento ainda não tem uma referência temporal;
- e) O evento é *não-factual*, embora haja alguma escala de probabilidade de que ele ocorra.

Bastos *et al.* (2007) consideram que a modalidade deôntica é um dos domínios de avaliação modal, ou seja, a perspectiva a partir da qual a avaliação é executada. Assim, a modalidade deôntica concerne ao que é permitido legalmente, socialmente e moralmente.

## 2. Metodologia da investigação: delimitação do *corpus* e procedimentos de análise

A opção por uma orientação funcionalista de análise nos leva a trabalhar com um *corpus* de ocorrências reais da língua, de modo a podermos descrever e explicar, empiricamente, o uso de modais deônticos na construção discursiva midiática. Assim, recorreremos ao *corpus* “Rede de Difusão Internacional do Português: rádio, televisão e imprensa” – REDIP, que está composto por amostras de português europeu (P.E.). Tais amostras foram divididas nos temas “economia, atualidade, opinião, ciência, desporto e cultura”, perfazendo 324.000 palavras, segundo esclarecem Ramilo e Freitas (2002).

Considerando apenas a mídia radiofônica e excluindo o tema “ciência”, analisamos um volume textual de 36.000 palavras, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1: Quantidade de palavras na mídia radiofônica

TEMAS	QUANTIDADE DE PALAVRAS
Cultura	9.000
Desporto	9.000
Economia	9.000
Opinião	9.000
<b>Total</b>	<b>36.000</b>

A fim de que possamos empreender uma análise quantitativamente adequada, optamos pelo uso do programa estatístico SPSS, já que é acessível e possibilita a confecção automática de gráficos ou tabelas a partir dos dados quantitativos. Assim, é possível utilizar tal programa no que se refere à verificação de frequência e ao cruzamento das “variáveis” que estabelecemos como pertinentes à interpretação da expressão da obrigação no discurso midiático:

Aspecto contextual: (i) tema dos programas (economia, desporto, cultura e opinião).

Aspectos do nível interpessoal: (i) posição do enunciado em relação ao valor deôntico (inclusão, não inclusão); (ii) tipo de ilocução (declarativa,

interrogativa, imperativa, proibitiva, comissiva e exortativa).

Aspectos do nível representacional (aspectos semânticos): (i) macrovalor deôntico (obrigação, permissão e proibição); (ii) manifestação do valor deôntico e polaridade (Obrigação, Negação da obrigação  $\cong$  permissão, Obrigação de não atuar  $\cong$  proibição, Permissão, Negação de permissão  $\cong$  proibição, Proibição, Negação de proibição  $\cong$  permissão); (iii) Tipo de força (interna, externa); (iv) nuances da permissão (sugestão, conselho e autorização); (v) fonte deôntica (Enunciador (falante), Terceiro (Instituição<sup>3</sup>, Indivíduo, Não-especificada), Inexistente); (vi) Alvo deôntico (Enunciador, Domínio comum, Coenunciador (Ouvinte – 2ª. pessoa), Terceira pessoa (instituição, indivíduo), Não-especificado/ terceiro-ausente).

Aspecto morfossintático: (i) formas de expressão (auxiliar modal, adjetivo, verbo, substantivo, advérbio e construções modalizadoras<sup>4</sup>).

Assim, as análises das 235 ocorrências estão agrupadas segundo os três grandes grupos de parâmetros: os pragmático-discursivos (aspectos contextuais e aspectos interpessoais), os semânticos e os morfossintáticos, na mesma ordenação *top down*, conforme a teoria da Gramática Discursivo-Funcional.

### 3. Resultados: análise e discussão

#### 3.1. Análise dos aspectos pragmático-discursivos na mídia radiofônica

##### 3.1.1. O aspecto contextual: tema dos programas

Em relação ao tema abordado no meio de difusão “rádio”, constatamos que, do total de ocorrências, o tema “opinião” alcançou a maior frequência dos modalizadores deônticos. Esse tema contabilizou 35,7% das 235 ocorrências. No outro extremo, aparece o tema “desporto”, com 19,1% das ocorrências.

Vejamos algumas ocorrências retiradas do nosso *corpus*:

<sup>3</sup> Consideramos como “Terceiro”, a fonte que é reportada. A fonte “instituição” pode constituir os seguintes: Igreja, Família, Política, Escola, Sistemas de informação, etc.

<sup>4</sup> Segundo Pessoa (2007, p. 97), este rótulo inclui construções como “ser para+ infinitivo” e SNs com valores axiológicos como “o importante é”, “o necessário é”, “o que importa é”, etc.

(1) para lembrar que nem tudo, eh, o que é ético está no código, portanto, a reflexão ética do médico e a sua... e a sua ponderação ética **tem de** ir para além do código deontológico. o código é a formalização de algumas regras mais importantes (Nós e os Outros - Opinião)

L2: **devia** ter era suspenso as suas funções quando entrou em campanha.

L1: ma... mas não foi...

L2: isto é uma questão completamente diferente. aí é que nós tínhamos verdadeiras... condições de igualdade. (Livre e Direto – Desporto)

Nessas duas ocorrências, temos a instauração de uma obrigação de carácter interno, pois fazem referência a valores cultuados na sociedade, como ética, em (1), e igualdade para disputar campanhas da Federação de Futebol, em (2). O tema “opinião”, por servir mais claramente ao embate de opiniões sobre assuntos polémicos, parece favorecer instaurações de valores deonticos.

Com relação aos temas “cultura” e “economia” na mídia radiofônica, eles apresentaram uma porcentagem aproximada, respectivamente, com 23,4%, e 21,7%, como observamos em (3) e (4):

(3) L4: o turismo, eh, eu estava a falar aqui do vale, **tenho que** respeitar também outras zonas, porque arruda, embora um concelho... bastante pequeno, oitenta mil quilómetros, mais ou menos mas, eh, tem outras características, outras zonas também (Feira Franca – Cultura)

(4) e portugal tem aí um espaço de afectividade, um espaço de convergência cultural, dentro de... dentro da diversidade que existe e que é... que **deve** ser cultivada e (...) eh, não é possível mais... ter uma economia fechada, estarmos isolados do mundo (Especial Entrevista – Economia)

Nesses dois temas, o valor de obrigação foi instaurado por auxiliares modais. No primeiro caso, a força que motiva essa instauração é interna, pois trata de uma noção basilar em sociedade: o respeito, que se aplica inclusive a zonas geográficas, ainda mais por tratar de turismo. No segundo

caso, recorre-se a noções como “afetividade” e “convergência cultural” para explicar as necessidades de relações econômicas com “os povos da Península Ibérica e a América Latina”.

Concluindo, a partir dos resultados encontrados, estabelecemos uma escala de favorecimento de ocorrências de modalizadores deônticos, tendo em vista o tema da mídia radiofônica, como podemos ver na Figura 1:

Figura 1 - Escala de condicionamento do tema ao uso dos deônticos na mídia radiofônica



Os modalizadores deônticos podem apresentar uma tendência de frequência seguindo a escala, da esquerda para a direita, em que “opinião” seria o extremo mais saliente.

### 3.1.2. Análise dos aspectos do nível interpessoal

#### 3.1.2.1. Posição do enunciador em relação ao valor deôntico

Após a análise dos dados referentes ao meio “rádio”, constatamos que, em 71,9% do total, o falante optou pela não-inclusão, o que corresponde a 169 ocorrências.

Em (5), vemos um exemplo de como se dá o posicionamento “não-inclusivo” na mídia radiofônica:

(5) para que haja uma revolução, uma alteração de um... de um comportamento, de uma mudança acho... acho... acho... que... que se **deve** privilegiar, não uma alteração gradual porque não há alterações graduais (Fórum TSF – Opinião)

A construção do verbo auxiliar “dever” com “se” nos faz reconhecer um alvo do tipo “não-especificado”, no qual o enunciador não se inclui, já que a alteração no código de trânsito não é de responsabilidade dele.

Em se tratando de um posicionamento “inclusivo”, vemos que apenas 66 ocorrências apresentaram essa variável, o que representa 28,1%, como ilustramos a seguir:



(6) L2: eu percebo que a pergunta se faça, devo... **devo** dizê-lo com clareza, não estou nada preocupado com isso porque aqui é um objectivo diferente. (Especial Entrevista – Economia)

A obrigação recai sobre a fonte deôntica que é o enunciador (falante) e diz respeito a uma motivação interna, pois se baseia na ideia de se falar com clareza, de modo a atender um princípio de cooperação na interação verbal.

Em relação ao cruzamento da “posição do enunciador” com o “tema”<sup>5</sup> mostra que há relação entre eles, ou seja, a posição de inclusão ou não- inclusão parece estar também relacionada ao tema dos programas. O posicionamento não-inclusivo prevalece em todos os temas, em mais de 60% dos casos, mas se manifesta com maior saliência em “opinião”. Por outro lado, o posicionamento inclusivo se relaciona mais com “economia”.

Procedemos ainda ao cruzamento da “posição do enunciador” com “tipo de ilocução”<sup>6</sup> e obtivemos que o posicionamento não-inclusivo ocorre atrelado aos tipos “declarativa”, “imperativa” e “interrogativa”. Destas, a ilocução do tipo “interrogativa” se deu em 100% dos casos, pois o alvo do valor deôntico instaurado pelo falante não está direcionado a ele, mas ao coenunciador, ao domínio comum ou a um indivíduo, por exemplo. Por outro lado, o posicionamento inclusivo se dá em ilocuições “exortativas”, em 96% dos casos, e “proibitivas”, em 100% dos casos.

O posicionamento inclusivo ocorre mais quando o enunciador é, ao mesmo tempo, fonte e o alvo (ou parte do alvo) dos valores deônticos instaurados, o que ocorre em 32 casos dos 62; enquanto que o posicionamento não-inclusivo ocorre com mais frequência quando a fonte é o enunciador e o alvo é o terceiro-ausente, o que ocorre em 44 casos dos 105, comportamento semelhante ao da mídia televisiva, o que corrobora o fato de que a inclusão ou não-inclusão do enunciador na incidência do valor deôntico pode revelar o grau de (des)comprometimento dele com a obrigatoriedade de agir. Isso nos permite dizer que, de fato, há uma interação dos níveis mais altos com os níveis mais baixos do Componente Gramatical, em uma língua natural, como é o caso do português.

<sup>5</sup> O teste *qui-quadrado* foi de 0,034.

<sup>6</sup> O teste *qui-quadrado* foi de 0,000.

Na próxima seção, versaremos sobre os tipos de ilocução e os possíveis condicionamentos sobre as demais categorias de análise.

### 3.1.2.2. Tipo de ilocução

Na tentativa de mapear as intenções comunicativas dos falantes, participantes dos programas radiofônicos, consideramos inicialmente seis tipos de ‘sentenças-tipo’, como na proposta tipológica da GDF. Como a do tipo ‘comissiva’ não ocorreu no nosso *corpus*, a análise foi feita com os cinco tipos.

Na maioria dos casos, isto é, em 69,8% dos casos, identificamos as sentenças do tipo ‘declarativa’, como em (30). Em geral, tal ilocução se associa mais frequentemente ao macrovalor de obrigação.

O tipo ‘exortativo’ foi o segundo mais usado, representando 21,3% dos casos, como em (7), em que ocorre com o valor de obrigação:

(7) L9: eu... eu... vamos... vamos ver, eu acho que em primeiro lugar nós não nos podemos esquecer de duas coisas é que somos portugueses e latinos, e os portugueses e os latinos são, eh, socialmente... sociologicamente, se quisermos, eh, bastante adversos ou contrários à... à palavra proibir. enfim **temos que**<sup>7</sup> analisar isto numa perspectiva não de... daquilo que deveria ser mas na realidade, nós não somos... não podemos ?componemos? contornar a realidade. (Fórum TSF - Opinião)

Nesse caso, há inclusão do coenunciador (ouvinte-entrevistador) no valor de obrigação, do enunciador (falante) e do povo em geral. O falante, ao usar o auxiliar “ter que”, exorta, ou seja, encoraja a si mesmo e ao ouvinte para juntos realizarem a ação: analisar a realidade. Ele ainda faz menção ao modo de ser do português, de um ponto de vista sociológico: adversos ou contrários à palavra “proibir”, o que poderia explicar a baixa frequência de uso desse valor, como se verá na próxima seção.

Os tipos de sentenças “imperativa”, “interrogativa” e “proibitiva” se fizeram bem menos frequentes, totalizando, juntas, apenas 9% do total.

<sup>7</sup> Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), é possível estabelecer várias combinações com os traços [+Falante] e [+Ouvinte] para o sistema pronominal. Assim, teríamos: (a) primeira pessoa do plural exclusiva [+F, -O] e primeira pessoa do plural inclusiva [+F, +O].

As ocorrências a seguir ilustram, respectivamente, estes três tipos de ilocuções:

(8) L3: **permita** uma pergunta sobre... (Especial Entrevista – Economia)

(9) a página da associação de criadores de puros-sangue lusitano e em qualquer motor de busca se perguntar por lusitano, cavalo lusitano ou gologã, a minha página é a única que aparece e também, eh, vai-me permitir, se me **permite** que... que lhe diga com (Tardes de Telefonia – Cultura)

(10) L9: eu... eu... vamos... vamos ver, eu acho que em primeiro lugar nós **não nos podemos** esquecer de duas coisas é que somos portugueses e latinos, e os portugueses e os latinos são, eh, socialmente... sociologicamente, se quisermos, eh, bastante adversos ou contrários à... à palavra proibir. (Fórum TSF - Opinião)

Em (8), o falante, por meio de um verbo pleno, dirige-se ao ouvinte para que este execute uma ação de permitir a realização de uma pergunta. Em (9), o mesmo verbo é usado em outro tipo de ilocução em que, apesar de não haver uma pergunta direta, percebe-se que essa é a intenção ao relacioná-lo a uma estrutura de oração condicional como estratégia de polidez (HIRATA-VALE; OLIVEIRA, s/d). Em português (europeu) difundido em rádio, tendo em vista o REDIP, os modalizadores deônticos na ilocução “interrogativa” ocorreram somente com o valor de permissão. A ocorrência (10) marca que o falante proíbe o ouvinte e a si mesmo também de executar a ação, o que marca o tipo de ilocução proibitiva.

## 3.2. Análise dos aspectos semânticos

### 3.2.1. Macrovalores deônticos

Em relação aos macrovalores, constatamos que a obrigação é o valor deôntico mais usado, com 56,2% das 235 ocorrências, o que totaliza 132 casos. O valor de permissão, com 26%, é o segundo mais instaurado, e o de proibição, com 17,8%, aparece como a última preferência na instauração da modalidade deôntica.

Os três valores estão ilustrados, respectivamente, nas ocorrências que se seguem:

(11) L7: sim, ele tem de ser feito por medida, portanto, as pessoas **têm de** se disponibilizar pelo menos três vezes para o vestido (...) todos os ajustes, porque o traje, eh, segundo a palavra tem que ser bem... bem, eh, tem que ter uma boa expressão. (Tardes de Telefonia – Cultura)

(12) L3: assuntos como este **poderão** ser tratados nesta cimeira, eh... (Especial Entrevista – Economia)

(13) o médico era paternalista, dava ordens aos doentes, “faça assim, faça assado”, agora já sabemos que **não pode** fazer isso. (Nós e os Outros – Opinião)

Nesses três exemplos, vemos que os auxiliares “ter que/de” e “poder” serviram como meios de expressão da categoria em questão. No último caso, a associação desse modal com a polaridade negativa confere o valor de proibição ao enunciado.

### 3.2.2. Manifestação do valor deôntico e polaridade na mídia radiofônica

Levando em consideração os sete tipos de valores estabelecidos tendo em vista a polaridade (positiva ou negativa), percebemos que, na mídia radiofônica, a obrigação se estabelece em 56,2% dos casos, o que responde sozinha por mais da metade das ocorrências.

O valor relativo à negação da proibição não ocorreu em nenhum caso. Parece que, ao corresponder a um valor de permissão, é mais viável instaurá-lo diretamente do que indiretamente, uma vez que este envolve uma negação, o que, do ponto de vista cognitivo, é mais difícil de processar.

O macrovalor “permissão” foi instaurado majoritariamente de modo direto em 23,4% dos casos, como em (12), e de modo indireto, por meio de uma “negação da obrigação”, em apenas 2,6%, como ilustrada a seguir:

(14) é aquele princípio que nós já tínhamos sempre defendido, a arbitragem deve estar... com os homens, eh, da arbitragem, os peritos

da arbitragem, **não tem que** ser necessariamente a idade, mas... até no simples estatuto já o são, e... César Correia também (Rádio – Bola Branca – Desporto)

A negação de um modal como “ter que”, que é o mais forte dos auxiliares modais de obrigação, permite ao ouvinte vislumbrar a possibilidade de outra possibilidade acional ou de parte da predicação.

Quanto ao macrovalor “proibição”, ele foi instaurado majoritariamente de modo indireto, seja por meio da “negação da permissão”, em 14% dos casos, como em (13); seja por meio da “obrigação de não”, em 2,1% do total. Em apenas 1,7%, por meio direto, ou seja, por modalizadores que explicitam esse valor, como os verbos plenos.

### 3.2.3. Subtipos dos valores deônticos instaurados

Em se tratando dos valores deônticos, é possível estabelecer uma divisão, bipartida, de difícil análise, pois, em alguns casos, parece haver uma zona fronteira entre os dois tipos de força, uma vez que questões de ordem interna podem influenciar o estabelecimento de condutas regidas por normas externas e vice-versa.

Ao analisarmos o *corpus* da mídia radiofônica, independente do tema, constatamos que o tipo de força “interna” foi um pouco mais frequente, o que representa 52,3% das 235 ocorrências. Apesar de a força “interna” ser mais frequente, o tipo de força “externa” não dista muito daquela, o que mostra certo equilíbrio entre as forças. Vejamos as ocorrências (15) e (16), que ilustram cada tipo:

(15) sabia que o doente tem direito a uma segunda opinião sobre o seu estado de saúde, e sabia também que o último direito do doente é o de morrer com *dignidade*? **há que** estudar estes problemas éticos e tentar encontrar soluções. (Nós e os Outros – Opinião)

(16) L3: esquecem-se que *a gente que em cima... que estamos a ver melhor a estrada do que eles em baixo*, e então **há que** acelerar a cento e tal à hora e depois dizem que os camiões que vão em coluna, porquê? (Fórum TSF – Opinião)

Nesses dois exemplos, vemos que uma mesma forma de expressão, “*haver que + infinitivo*”, com sentido de obrigação, pode servir aos dois subtipos de valores. A ação de “*estudar*” predicada em (15) toma como base valores como dignidade e verdade, valorizados na sociedade; enquanto que a ação de “*acelerar*”, predicada em (16), baseia-se em motivações externas. Essa forma de expressão não se mostrou muito frequente no meio rádio, pois somente foi usado em seis ocorrências.

No que tange à relação com o macrovalor deôntico<sup>8</sup>, percebemos que não é possível estabelecer, a princípio, uma relação direta entre essas categorias. Ou melhor, podemos dizer que há uma leve associação entre elas, pois o valor obtido significa que existe cerca de 10% de chances de que a hipótese nula seja não-refutada, o que ainda é pouco. Percebemos que tanto o macrovalor “*obrigação*” quanto o de “*proibição*” tendem ao tipo de força ‘*interna*’, enquanto que a ‘*permissão*’ tende ao tipo ‘*externa*’.

No que se refere ao subtipo do valor de permissão, ou seja, às nuances *autorização*, *concessão* e *sugestão*, a análise foi feita com base nas manifestações da ‘*permissão*’ direta e na ‘*negação da obrigação*’, que equivale a uma permissão indiretamente, contabilizando assim 61 ocorrências, isto é, 26 % das 235 nessa mídia.

Na maioria dos casos, ocorreu a nuance do tipo ‘*sugestão*’, atenuando o valor instaurado, em 39% dos casos, seguindo-se, de modo aproximado, da nuance de *concessão*. A *autorização* é, novamente, o subtipo de permissão menos instaurado. Em relação ao tema, a nuance “*sugestão*” se relaciona, majoritariamente, com todos os temas, exceto com o tema “*desporto*”. Entretanto, a nuance “*sugestão*” tende a aparecer mais em “*economia*”. Por sua vez, a nuance “*concessão*” se mostra mais relevante quando associada ao tema “*desporto*”, enquanto que a diferença entre os temas “*opinião*” e “*economia*” não é tão marcada. Por último, a nuance “*autorização*”, apesar de apresentar índices praticamente iguais para os temas “*cultura*” e “*economia*”, tende a se relacionar mais com o tema “*desporto*”. Vale mencionar que as nuances “*concessão*” e “*autorização*” não apresentam diferença quando associados ao tema “*opinião*”.

---

<sup>8</sup> Neste caso, o teste estatístico *qui-quadrado* foi de 0,116, índice superior a 0,05, o que aponta que há uma tendência a não haver relação, ou melhor, que há uma leve associação.

### 3.2.4. Fonte deôntica

Das fontes que estabelecemos como parâmetros de análise, constatamos que a fonte “enunciador” ocorre na maioria dos casos, totalizando sozinho mais de 70% enquanto as fontes “instituição” (17,9%), em (17), “indivíduo” (3,4%), em (18), e “não-especificado” (5,5%), em (19), contabilizam 26,8% das ocorrências nessa mídia, como ilustradas a seguir:

(17) então *a associação* diz assim, “para esta doença, **deverão** existir estas condições”, correcto, os médicos todos têm obrigação de aceitar isso. (Nós e os Outros – Opinião)

(18) e *o senhor* (...) olhou para eles todos... do uruguai e disse, “*eu* acho que a gente **tem de** pôr ponto final nesta conversa, porque hoje o uruguai é uma democracia e também se deveu aos militares a transição”. (Especial Entrevista – Economia)

(19) eu dou alguns exemplos, *falou-se* há muitos anos da **necessidade de... de... de... de** instituir uma disciplina de trânsito, ou de código, ou fosse o que fosse nas escolas desde tenra idade, isso tem a ver... isso (Fórum TSF – Opinião)

Esses três tipos têm em comum o fato de que o falante não é a fonte. Ele remete a fontes distintas dele para ilustrar um ponto de vista. Isso aparece bem marcado pelo uso do verbo *dicendi* nos dois primeiros casos. Em (19), há uma fonte deôntica, mas não é possível determiná-la, ao contrário do que ocorre com a fonte “inexistente”.

A fonte “inexistente” ocorre em apenas 2,1% do total. Vejamos:

(20) L4: a reclamação com certeza que as fazem muitas vezes. é de alguns centros de hemodiálise estarem em edifícios com escadas onde é enor... extremamente difícil os doentes chegarem lá em cima, que não têm condições, isto é uma reclamação de associação perfeitamente típica!

L1: mas no...

L4: ou então **são obrigados** a esperar cá fora e a apanhar chuva ou a apanhar frio. (Nós e os Outros - Opinião)

Em (20), a construção adjetiva expressa uma obrigação, que não parte do falante, nem de nenhum outro tipo de fonte, pois são as condições do edifício, como a ausência de escada, que obrigam o doente a não entrar no prédio e a esperar do lado de fora. Em outras palavras, a obrigação não tem como origem uma fonte deôntica que instaura o valor. Pode-se encontrar um agente responsável (causa) por tal obrigação. Mas, nesse caso, trata-se de uma necessidade imposta pelas condições do prédio e as condições físicas do doente em casos mais graves. A conclusão em relação a essa imposição de ordem externa aparece marcada na fala de L4 por “então”.

Outro ponto da análise da modalidade deôntica e da construção discursiva, nesse meio, refere-se à relação entre a fonte deôntica e os valores instaurados. O cruzamento dessas variáveis<sup>9</sup> nos mostra que a fonte ‘enunciador’, usada em 71% do total de ocorrências, instaura majoritariamente todos os valores, mas preferencialmente o valor de ‘obrigação’, em 59,3% das 167 ocorrências, como vemos a seguir:

(21) L3: eh, não, porque por dever de ofício **tenho que** acompanhar...  
(Especial Economia – Economia)

Nesse caso, a fonte “enunciador” (falante – L3) faz uso de “ter que”, conjugado da primeira pessoa do singular ([+F, - O]), para instaurar uma obrigação sobre ele mesmo, que é o alvo deôntico.

Em relação ao tipo “não-especificado”, percentualmente, é a fonte que instaura menos o valor de proibição. Essa fonte tende a instaurar mais o macrovalor de permissão (69,2%). Quando a fonte é o “indivíduo”, houve mais a instauração de proibições (50%), de permissões (37,5%) e de obrigações (12,5%). A fonte do tipo “instituição” instaura, em 59,5% dos 42 casos em que ocorre, o valor de obrigação, seguido pelo valor de proibição e de permissão. Tal resultado pode ser explicado pelo fato de que, legalmente, são as instituições que estipulam, por meio de normas e leis, o comportamento em sociedade. Por último, quando a fonte é ‘inexistente’, há a instauração de obrigação, em 80%, e da permissão, em 20%.

<sup>9</sup> O teste *qui-quadrado* foi de 0,002.



### 3.2.5. Alvo deôntico

O alvo deôntico constitui uma variável importante na construção discursiva, no condicionamento da instauração de valores deônticos e na forma de expressão da modalidade deôntica. Assim, constatamos que todos os tipos de alvo são usados na mídia radiofônica. Entretanto, a frequência de uso revela que o alvo “coenunciador” é mais marcado, pois, em relação aos demais, ele ocorre muito pouco, ou seja, em 4,7% dos casos.

O alvo mais saliente é o “terceiro-ausente” (25,5%), como em (22), em que se usa um adjetivo em posição predicativa:

L1: bom dia. **é urgente** criar uma consciência bioética. é tão urgente quanto o avassalador progresso da tecnologia na medicina. (Nós e os Outros – Opinião)

Em (23), temos o alvo “instituição”, sobre o qual recaem 20,9% dos valores:

(23) isso é um dos assuntos que *o turismo* **tem que** aproveitar, tem que se lançar n... e porque está... fica ao pé de lisboa quando a... a desejada a-dez vi... vier aqui, está a ver são minutos para chegar a lisboa (Feira Franca – Cultura)

Nesse caso, o sintagma “o turismo” representa um setor de responsabilidade do Governo, por isso o consideramos como uma instituição. Podemos perceber inclusive o traço [+ controle], já que a obrigação recai sobre um verbo como “aproveitar”.

Há ainda os alvos “indivíduo” (17,4%), como em (24), e o “domínio comum” (16,6%), como em (25):

(24) L3: o... o doente, eh, no... no... no caso dos doentes renais, eh, por exemplo, eh, gosta de saber como é que estão, eh, os... como é que vai o seu tratamento, a sua hemodiálise, as suas análises e muitas das vezes o médico diz “está tudo bem, não há problema” e, eh, passado um dia ou dois isso não é verdade porque *ele* **tem que** recorrer à urgência, com problemas, muitas das vezes gra... graves, e a... que lhe poderá trazer muitas das vezes, eh, conseqüências, eh, que talvez já não sejam de maneira, eh, que se possam resolver. (Rádio – Nós e os Outros – Opinião)

(25) L5: era o que... se usava que o... *a gente* **temos que** ir buscar uma tradição, não vamos buscar agora... fazer uma coisa em miniatura, a imitar os antigos e vamos pôr uma coisa moderna. (Feira Franca – Cultura)

Em (24), o alvo é identificado pelo pronome “ele” que retoma anaforicamente “doente renal”; em (25), o verbo na primeira pessoa do plural inclusivo ([+F, +O]), já que o sujeito desse verbo é “a gente”, o que nos permite uma interpretação de domínio comum.

Em 14,9% dos casos, houve o uso do alvo “enunciador”, como pudemos ver em (21).

Ao cruzarmos as variáveis “tipo de alvo” e os “macrovalores deônticos”<sup>10</sup>, constatamos que há uma relação entre elas, como observamos na Tabela 1.

Tabela 1 - Cruzamento “Alvo deôntico” e “Macrovalor” na mídia radiofônica

		Alvo deôntico							
		terceiro ausente	enunciador	domínio comum	co-enunciador	instituição	indivíduo	Total	
Macrovalor deôntico	obrigação	No.	45	17	17	1	31	21	132
		% macrovalor	34,1%	12,9%	12,9%	,8%	23,5%	15,9%	100%
		% Alvo	75,0%	48,6%	43,6%	9,1%	63,3%	51,2%	56,2%
permissão		No.	5	11	13	9	11	12	61
		% macrovalor	8,2%	18,0%	21,3%	14,8%	18,0%	19,7%	100%
		% Alvo	8,3%	31,4%	33,3%	81,8%	22,4%	29,3%	26,0%
proibição		No.	10	7	9	1	7	8	42
		% macrovalor	23,8%	16,7%	21,4%	2,4%	16,7%	19,0%	100%
		% Alvo	16,7%	20,0%	23,1%	9,1%	14,3%	19,5%	17,9%
Total		No.	60	35	39	11	49	41	235
		% macrovalor	25,5%	14,9%	16,6%	4,7%	20,9%	17,4%	100%
		% Alvo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100%

Assim, no meio radiofônico, o valor de obrigação recai, majoritariamente, sobre todos os alvos, exceto quando o alvo é o “coenunciador”, sobre o qual recai mais o valor de permissão. A obrigação é ainda mais representativa quando o alvo é um “terceiro-ausente”. De todos os alvos deônticos, o “domínio comum” se mostra como o mais favorável para instauração de proibições.

<sup>10</sup> O teste *qui-quadrado* foi de 0,000.

Ao observarmos os valores e os tipos de alvos, podemos perceber três “comportamentos”:

- (i) Sobre os alvos “enunciador”, “domínio comum”, “instituição” e “indivíduo” recaem, preferencialmente, nessa ordem, os valores de obrigação, permissão e proibição;
- (i) Sobre o alvo “coenunciador”, recaem, preferencialmente, nessa ordem, os valores de permissão e, de modo igualitário, a obrigação e a proibição;
- (i) Sobre o alvo “terceiro-ausente”, ou seja, “não-especificado” recaem, preferencialmente, nessa ordem, os valores de obrigação, proibição e permissão.

Essa tendência, outra vez, mostra-nos que a instauração de valores deônticos depende em parte do tipo de alvo. Em sendo assim, parece-nos possível dizer que o falante “opta” por um dado alvo tendo em vista o valor que ele deseja instaurar, o que auxilia na construção do discurso difundido no meio radiofônico. Também é possível dizer que o caráter impositivo dos valores deônticos de obrigação e de proibição condicionam o uso dos modalizadores com alvo distanciado dos participantes da interação (“terceiro-ausente”, “não- especificado”), e o caráter impositivo mitigado, o que é próprio do valor deôntico de permissão, condiciona o uso entre enunciador e coenunciador, como estratégia de cortesia para preservação de faces.

### 3.3 Análise do aspecto morfossintático

#### 3.3.1. Formas de expressão da categoria

Tendo em vista que a expressão da modalidade deôntica pode ocorrer por meio de: (i) substantivo; (ii) adjetivo; (iii) verbo pleno; (iv) construções modalizadoras; (v) auxiliar modal; (vi) advérbio, verificamos que a forma “auxiliar modal” é também a mais frequente na mídia em análise, representando 72,8% das ocorrências.

Na mídia radiofônica, houve o uso de advérbio para a expressão da modalidade deôntica, ainda que isso represente apenas 0,9% dos casos, como em (26):

(26) é aquele princípio que nós já tínhamos sempre defendido, a arbitragem deve estar... com os homens, eh, da arbitragem, os peritos da arbitragem, não tem que ser **necessariamente** a idade, mas... até no simples estatuto já o são, e... César Correia também (Rádio – Bola Branca – Desporto)

Em (26), o advérbio *necessariamente*, denominado modalizador deôntico, parece ter como escopo de sua qualificação, não o estado-de-coisas ou a proposição, mas o termo “idade”. A obrigação instaurada parece, pois, relacionar-se a um ponto de discórdia sobre a arbitragem: a idade dos homens que arbitram.

Castilho (2010), ao tratar de advérbios modalizadores (advérbios predicativos), explica que:

a avaliação sobre o conteúdo e a forma da proposição se expressa de dois modos: (1) O falante apresenta o conteúdo da proposição numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não polar) e jussiva (imperativa ou optativa). (2) o falante avalia o teor de verdade de proposição, ou expressa um julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo. (p. 553)

As ocorrências (27), (22) retomada aqui, (28), (29) e (30) ilustram, respectivamente em ordem ascendente, a expressão da modalidade deôntica para o valor de obrigação, excetuando-se a forma “advérbio”, nesse meio de difusão:

(27) isso é quase dar a volta a Lisboa para ir para o porto, quem vem de vilar formoso, não é, **seria bom** que a gente apanhasse o barco, por exemplo em Hamburgo, e descêssemos directamente em Ando... em Aveiro, que *nem sequer a... vínhamos a incomodar ninguém*. (Fórum TSF – Opinião)

(22) L1: bom dia. **é urgente** criar uma consciência bioética. é tão urgente quanto o avassalador progresso da tecnologia na medicina. (Nós e os Outros – Opinião)

(28) simplesmente **convém** não esquecer - eu não me lembrava disto, foi ele que me lembrou - que o novo congresso brasileiro só toma posse em fevereiro, portanto as medidas imediatas são ainda para o congresso antigo (Especial Entrevista – Economia)

(29) e esse serviço tem de me ser prestado nos termos do código, nos termos da lei, segundo as leis da arte, quer dizer, segundo a melhor, o melhor conhecimento médico, essa é a **obrigação** jurídica do médico, para mim. (Nós e os Outros – Opinião)

(30) para além dessa escolha do júri temos, eh, uma retrospectiva do... da áustria, a preocupação que nós **temos de** incluir neste, eh, retrospectivas um país, eh, que faça parte da comunidade europeia, este ano cabe a vez da áustria. (Tardes de Telefonia - Cultura)

A expressão “ser bom” foi considerada como um elemento modalizador deôntico, pois, mais do que uma qualificação apreciativa, o adjetivo traduz a deseabilidade em relação a uma ação. Em alguns contextos, esse tipo de expressão tem, claramente, um conteúdo axiológico que diz respeito à conduta. Ele aparece associado ao futuro do pretérito, indicando uma hipótese e atenuando o valor deôntico, pois não se quer incomodar ninguém. Substantivos, como “obrigação”, em (29), também se prestam à expressão da modalidade deôntica, em 9,4% do total. Além desses, a categoria pode ser expressa por verbos plenos, o que totaliza também 9,4% das ocorrências. É o que acontece com “convir”, em (28).

Em relação aos adjetivos modalizadores, como em (22), eles correspondem a 7,2% dos casos. Segundo Castilho (2010), eles predicam o sentido de um substantivo numa forma subjetiva, visto que eles verbalizam uma avaliação pessoal do falante sobre o conteúdo desse substantivo, resultando em um realce da intervenção do locutor, razão por que parece adequado caracterizá-los como adjetivos orientados para o falante.

Vale salientar que a alta frequência de uso dos auxiliares modais, como em (30), para a expressão da modalidade está relacionada ao processo de gramaticalização de um item, pois, segundo Bybee (2003), o aumento do uso de uma forma leva ao enfraquecimento da força semântica pela habitualidade. Daí que itens como estes perdem gradativamente seu valor deôntico e passam também a funcionar como epistêmicos, o que torna a

análise mais complexa.

Dentre os auxiliares modais usados em português europeu, encontramos o seguinte:

O verbo “poder” é o mais frequente, em 72 ocorrências, das quais 58,3% se prestam à instauração da permissão e 41,7%, à proibição (negação da permissão).

O verbo “ter que/de” é usado em 61 casos, dos quais 93,4% instauram obrigações e 6,6% representam permissões (negação da obrigação).

O verbo “dever”, das 32 ocorrências, associa-se, em 84,4% dos casos, ao valor de obrigação. Entretanto, presta-se também à instauração de proibição (obrigação de não).

O verbo “haver” ocorre somente em 6 casos e está relacionado, exclusivamente, à instauração de obrigação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os parâmetros estabelecidos para a análise dos modalizadores na mídia radiofônica, procedemos à obtenção dos resultados quantitativos à luz da teoria da Gramática Discursivo-Funcional. A análise, em separado, permite-nos visualizar o uso de cada componente, bem como o faz a análise da integração entre eles.

Ao longo da análise, constatamos que:

a) Em relação aos aspectos pragmático-discursivos, vimos que o tema ‘opinião’ é também aquele em que os modalizadores deônticos ocorrem com maior frequência, o que nos fez estabelecer uma escala de favorecimento de uso. Pudemos verificar ainda que houve associação das variáveis “posicionamento” e “tema”.

b) Em relação aos aspectos semânticos, percebemos, na mídia radiofônica, o alvo que predominou foi o “terceiro-ausente”.

c) Em relação aos aspectos morfossintáticos, verificamos que os auxiliares modais são os mais frequentes e que os advérbios ocorreram com baixíssima frequência. O presente do indicativo foi o tempo-modo verbal mais recorrente.

Por fim, cabe salientar que a perspectiva do modelo da GDF possibilita identificar as inter-relações entre os diversos níveis do componente gramatical, bem como as inter-relações dos níveis desse componente com os demais componentes, como o contextual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, S. D. G.; GALVÃO, V. C. C.; GONÇALVES, S. C. L.; HATTNER, M. M. D.; HENGEVELD, K.; SOUSA, G. C.; VENDRAME, V. The expressibility of modality in representational complement clause in Brazilian Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.51, n.2, p.189-212, 2007.

BYBEE, J. *Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency*. In: JANDA, R.; BRIAN, J. (eds.). *Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

HEINE, B. Agent-oriented vs. Epistemic modality. Some observations on German modals. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Org.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 17-53.

HENGEVELD, K. The Architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J.L.; GOMEZ-GONZÁLEZ, M.A. (Eds.). *A new architecture for functional grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 243-272.

\_\_\_\_\_. ; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HIRATA-VALE, F. B. M.; OLIVEIRA, T. P. As orações condicionais como estratégia de polidez no português do Brasil. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/comunica/ci099.htm>>. Acesso em: 20 de jan. 2011.

LYONS, J. *Semantics*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I.G.V. (org.). *Gramática do português falado*. Vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da UNICAMP

- FAPESP, 1996, p. 163-199.

\_\_\_\_\_. *A gramática funcional*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PESSOA, N. P. *Modalidade deontica e persuasão no discurso publicitário*. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza, 2007.

\_\_\_\_\_. *Modalidade deontica e discurso midiático: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional*. 2011. 221 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza, 2011.

PRADO, E. *Estrutura da informação radiofônica*. Tradução: Marco Antônio de Carvalho. Vol. 31. São Paulo: Summus, 1989.

RAMILO, M. C; FREITAS, T. *A linguística e a linguagem dos média em Portugal: descrição do projecto REDIP*. 2002. Disponível em: <<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-redip-redip.pdf> >. Acesso em: 3 nov. 2008.

VERSTRAETE, J. C. Scalar quantity implicatures and the interpretation of modality: Problems in the deontic domain. *Journal of Pragmatics*, v. 37, p. 1401–1418, 2005.



## Anexo

### Convenções de transcrição do REDIP

Ocorrência	Símbolo
Pausa silábica breve	·
Pausa silábica longa	-
Respirações e pausas proscritas	çü (sem res)
Outras pausas, interrupções e reticências	...
Acenidos	hmm (sem res)
Interrupção	?
Exclamação	!
Separação intersetiva	— α —

Clipes	"α"
Identificação dos textos	L1, L2, L3
Enunciado simbólico	α
Separação incompreensíveis	(...)
Ditroglifa de anáclise entre os transcritores	/α/
Cortes, interrupções ao gravar e interrupções na transcrição	[...]
Transições simbólicas	/α/